

# NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS: UM ESTUDO EM COMPANHIAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO LISTADAS NA B3\*

## LEVEL OF EVIDENCE OF ENVIRONMENTAL INFORMATION: A STUDY ON COMPANIES IN THE NON-CYCLIC CONSUMPTION SECTOR LISTED ON B3

Miriellen Meyres Pereira\*\*

Prof<sup>a</sup>. Romina Batista de Lucena de Souza\*\*\*

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi verificar o nível de evidenciação de informações ambientais relatadas, nos anos de 2015 e 2019, por empresas do Setor de Consumo Não Cíclico listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A pesquisa é classificada como quantitativa, descritiva e documental, tendo sido realizada nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e nos Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais de 11 organizações do setor. Os resultados demonstraram que, tanto em 2015 quanto em 2019, a maior parte das organizações da amostra foi classificada no nível médio, tendo o Grupo Natura permanecido no nível alto nos dois anos de estudo, e a Minerva se mantido no nível baixo. Constatou-se, também, a preferência das companhias pela divulgação em Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais. Os resultados indicaram a preferência por divulgações relativas a investimentos ambientais, princípios e políticas ambientais internas, sistemas de gestão ambiental, conformidade e acordos ambientais adotados. Demonstraram, também em maior volume, dados sobre a gestão de resíduos sólidos e de materiais utilizados em embalagens, além de suas práticas acerca do gerenciamento de água e efluentes líquidos. Verificou-se que o tipo de *disclosure* mais apresentado pelas companhias foi o declarativo e estas demonstraram preferência por relatos positivos. Ademais, foi possível inferir a baixa participação do profissional da Contabilidade no processo de evidenciação ambiental e pouca aplicação de conceitos da Contabilidade Ambiental. Dessa forma, este estudo contribuiu para demonstrar a preocupação das organizações em expor à sociedade sua relação com o meio ambiente, além de apresentar aspectos do envolvimento da Contabilidade nas divulgações ambientais.

**Palavras-chave:** Evidenciação. Informações Ambientais. Consumo Não Cíclico. Contabilidade Ambiental.

### ABSTRACT

This study aimed to verify the level of evidence of environmental information reported, in 2015 and 2019, by companies in the Non-Cyclical Consumption Sector listed in Brazil, Bolsa, Balcão (B3). The survey is classified as quantitative, descriptive and documentary and it has been carried out in the Standardized Financial Statements and in the Sustainability and/or Annual Reports of 11 industry organizations. The results showed that both in 2015 and 2019, most of the organizations in the sample were classified at the mid-level, with Grupo Natura remaining

---

\* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2020, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

\*\* Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (miriellen98@gmail.com).

\*\*\* Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (rominabls@gmail.com).

at the high level in the two years of study, and Minerva remaining at the low level. Companies' preference for the disclosure of environmental information in Sustainability and/or Annual Reports was also found. The finding indicated a preference for disclosures regarding environmental investments, internal environmental policies and principles, environmental management systems, and compliance and environmental agreements. They also demonstrated in greater volume, data on solid waste and packaging material management, as well as their practices about managing water and liquid effluents. It was found that the disclosure type most presented by the companies was the declarative one, and they showed preference for positive reports. Furthermore, it was possible to infer the accountant low participation in the environmental evidence process and little application of Environmental Accounting concepts. In this way, this study has helped to demonstrate the organizations' concern to expose society its relationship with the environment, as well as showing aspects of Accounting involvement in environmental disclosures.

**Keywords:** Disclosure. Environmental Information. Non-Cyclical Consumption. Environmental Accounting.

## 1 INTRODUÇÃO

Aspectos ambientais têm sido discutidos nos mais variados âmbitos, tendo em vista a preocupação com a falta de equilíbrio existente entre as ações humanas e a natureza. Barbosa *et al.* (2014) indicam que questões ambientais ganharam destaque, pois a sociedade vem adquirindo conscientização ambiental e se preocupando mais com os impactos causados pela incessante busca do homem pelo crescimento econômico.

A fim de fornecer suporte para as questões relacionadas ao meio ambiente, tem-se a Contabilidade que recebe a denominação de Contabilidade Ambiental. Garcia e Behr (2012) esclarecem que esta pode apresentar à sociedade como se dá o processo de interação entre a empresa e o meio externo, corroborando Carneiro, De Luca e Oliveira (2008), que evidenciam que a Contabilidade surge como ferramenta para estabelecer um canal de comunicação com a sociedade, podendo identificar e mensurar eventos ambientais.

Relativamente aos setores de atuação das companhias, é possível identificar aqueles que, por possuírem maior presença na economia, acabam gerando mais preocupação à sociedade no que tange aos impactos ambientais advindos de suas atividades produtivas. O Setor de Consumo Não Cíclico da Bolsa de Valores do Brasil (Brasil, Bolsa, Balcão - B3) exemplifica essa ideia, uma vez que, segundo Pandini, Stüp e Fabre (2018, p. 14), as empresas desse setor atuam no segmento de bens “[...] que são de grande importância para o ser humano. Por esse motivo, independentemente da situação econômica da região em que estejam instaladas, o faturamento dessas organizações é menos impactado pelo ambiente econômico onde estejam inseridas”.

Gray *et al.* (2001, p. 329, tradução nossa) relatam que “a divulgação social e ambiental pode ser vista como uma compreensão de informações relacionadas às atividades de uma corporação, aspirações e imagem pública no que diz respeito ao meio ambiente, comunidade, funcionários e consumidores<sup>1</sup>”. Destaca-se, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que apresenta a Estrutura Conceitual para o Relatório Financeiro, a característica qualitativa fundamental denominada relevância (CPC, 2019). Esta, de presença indispensável na informação contábil-financeira, é indicativa da necessidade de evidenciação de fatos ambientais pelas organizações, com a intenção de zelar pela utilidade dos relatos empresariais.

---

<sup>1</sup> “Social and environmental disclosure can typically be thought of as comprising information relating to a Corporation’s activities, aspirations and public image with regard to environmental, community, employee and consumer issues.” (GRAY *et al.*, 2001, p. 329).

No Brasil, conforme Abreu *et al.* (2008), não há imposição legal para as empresas demonstrarem informações de cunho ambiental. No mesmo contexto, Mello, Hollnagel e Cei (2016) delineiam que, embora não haja normatização legal, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004) estabelece, por meio da Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica-15 (NBC T 15), aspectos que devem ser observados pelas instituições quando evidenciam as informações na área social e ambiental. Além disso, cabe mencionar a existência do *Global Reporting Initiative* (GRI), entidade que possui um conjunto de normas para elaboração de relatos de sustentabilidade (GRI, 2016).

Destaca-se que a decisão, mesmo sem obrigatoriedade, pela divulgação de informações ambientais pode ser explicada pela Teoria da Legitimidade. Dias *et al.* (2014) expressam que esta serve como recurso teórico, com o objetivo de fundamentar os dados de responsabilidade socioambiental, tendo, igualmente, o papel de demonstrar como e por quais motivos os gestores são beneficiados com a publicação de seus relatos.

Tendo em vista os aspectos apresentados acerca do tema, o problema de pesquisa que se apresenta para este estudo é: qual é o nível de evidenciação de informações ambientais relatadas, nos anos de 2015 e 2019, por empresas do Setor de Consumo Não Cíclico listadas na B3? Assim, o objetivo deste estudo consiste em verificar o nível de evidenciação de informações ambientais relatadas, durante os anos de 2015 e 2019, por empresas do Setor de Consumo Não Cíclico listadas na B3.

Este estudo se justifica pela relevância da temática ambiental e pela necessidade de se explorar a contribuição da Contabilidade como canal de comunicação entre as empresas e a sociedade, em especial no que concerne à divulgação de informações acerca da utilização e preservação de recursos naturais. Para Nossa (2002, p. 38), “as preocupações com o meio ambiente, desde algumas décadas, vêm deixando de ser uma inquietação exclusiva dos cientistas e ambientalistas [...]”.

Esta pesquisa possibilita demonstrar a inquietação das organizações em apresentar à sociedade seus impactos ambientais e suas ações em prol do meio ambiente. Rosa *et al.* (2014) mencionam que a divulgação desses dados pode ser entendida como uma oportunidade para as organizações demonstrarem suas ações ambientais, podendo obter vantagens e apoiar o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, este estudo soma à teoria contábil por adentrar um setor de empresas listadas na B3 e por considerar anos ainda não explorados em totalidade por estudos anteriores.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A fim de embasar este estudo, nesta seção, são apresentados os seguintes tópicos: Teoria da Legitimidade, Contabilidade Ambiental e as Informações Ambientais e Estudos Relacionados.

### **2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE**

O atual contexto, envolvendo a temática da sustentabilidade em suas três esferas (econômica, ambiental e social), justifica o movimento das organizações no sentido de promoverem sua manutenção no mercado. Dias *et al.* (2014), sob esta ótica, avaliam a capacidade desenvolta das empresas em se adequarem a novos cenários, frente aos anseios da sociedade. Nessa perspectiva, insere-se a Teoria da Legitimidade, a qual “[...] é oriunda da teoria institucional, que estuda o inter-relacionamento entre o indivíduo, a organização e o ambiente” (VOLTARELLI; ZANCHET, 2017, p. 4). Suchmam (1995, p. 574, tradução nossa) descreve legitimidade como sendo “[...] uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou aceitas dentro de algum sistema

socialmente construído de normas, valores, crenças e definições<sup>2</sup>”.

Consoante Deegan (2006), as noções de contrato social são centrais nessa Teoria, uma vez que ele é usado para descrever o conjunto de expectativas de uma sociedade sobre como as organizações devem conduzir suas operações. Consoante esse autor, a Teoria faz parte do conjunto de Teorias Positivas, já que procura descrever ou explicar o comportamento corporativo referentes aos esforços direcionados à legitimidade, não se preocupando em prescrever comportamentos organizacionais.

A Teoria da Legitimidade passou a ser bastante utilizada por pesquisadores da área contábil, principalmente por aqueles que têm como objeto de estudo a Contabilidade Social e Ambiental, tendo em vista as expectativas e demandas da sociedade com relação às organizações, no que concerne aos aspectos ambientais (DEEGAN, 2006).

Deegan e Rankin (1996) aludem que, se a organização não parece operar dentro dos limites do que a sociedade considera apropriado, então, seu contrato social começa a ser impactado, e sua continuidade ameaçada. Dessa forma, com base em Dias Filho (2007), entende-se como estratégia o esforço que as organizações empreendem para que sejam percebidas como entidades socialmente responsáveis. Sendo assim, prosseguem fazendo uso de recursos ambientais, intentando a permanência de suas atividades e de sua legitimidade.

Farias (2008) refere que a divulgação ambiental se tornou um dos métodos que contribuem para o processo de legitimação das exigências sociais. A autora argumenta que essa exposição ambiental varia conforme as características individuais das organizações e tem como determinantes o setor, a estrutura física, o sistema político e o nível de impacto ao meio ambiente, dentre outros fatores.

Ferreira (2009) relata que, somente no século XX, principalmente nos anos 1970, a preocupação com o meio ambiente passou a ter repercussão na sociedade, com o entendimento de que o problema era uma responsabilidade globalizada, embora a inquietude com o meio ambiente date do século XIX. A autora destaca a frase “pensar globalmente, agir localmente” (2009, p. 12) como síntese do pensamento que passou a predominar.

Em relação à sustentabilidade, há três dimensões, identificadas internacionalmente como *Triple Bottom Line* (TBL): a econômica, a social e a ambiental, que atuam de forma associada e, às organizações, cabe o gerenciamento de seus sistemas de modo a integrarem essas três esferas (VELLANI; RIBEIRO, 2009). No contexto do desenvolvimento sustentável, em especial no que concerne à preservação ambiental, Vellani e Ribeiro (2009, p. 194) definem que:

Desenvolver sustentavelmente significa promover o desenvolvimento econômico concomitantemente à preservação do meio ambiente, ou melhor, satisfazer as necessidades das sociedades presentes sem comprometer a capacidade das sociedades futuras em satisfazer suas próprias necessidades.

Patten (1992) estudou sobre o *disclosure* ambiental e sobre a Teoria da Legitimidade no contexto do derramamento de petróleo pelo superpetroleiro Exxon Valdez, que, em março de 1989, atingiu um recife no Alasca. O autor expõe que, no relatório anual da empresa, houve aumento no número de páginas que tratavam sobre aspectos ambientais. A Exxon buscou apresentar amplamente seus esforços para a limpeza da área, atitude que Patten (1992) define como fortemente vinculada à relação entre a Teoria da Legitimidade e as divulgações ambientais.

---

<sup>2</sup> “*Legitimacy is a generalized perception or assumption that the actions of an entity are desirable, proper, of appropriate within some socially constructed system of norms, values, beliefs, and definitions.*” (SUCHMAM, 1995, p. 574).

## 2.2 CONTABILIDADE AMBIENTAL E AS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Sob a denominação de Contabilidade Ambiental, a Ciência Contábil vem ganhando destaque, diante das novas exigências da sociedade às organizações, em razão dos impactos ambientais que estas proporcionam na execução de suas atividades. Dessa forma, o desenvolvimento dessa Contabilidade resulta da necessidade de oferecimento de informações adequadas à gestão ambiental, não se referindo a uma nova Contabilidade, mas a uma especialização da área (FERREIRA, 2009). A Contabilidade Ambiental ganhou *status* de novo ramo da Ciência Contábil no ano de 1998, com a finalização do relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Ferreira (2009) explica que, ao se depararem com problemas de gestão envolvendo questões ambientais, os gestores das organizações passaram a requerer informações financeiras que contribuíssem na resolução desses contratempos. A autora também expõe que esse fato se acentuou na década de 1990, especialmente com o advento da ECO-92, um evento histórico que promoveu a discussão acerca da agenda ambiental, e com o agravamento dos impactos ambientais. A partir disso, o assunto passou a ser pauta para contadores, organismos profissionais, institutos de pesquisa e órgãos do governo, a fim de buscarem respostas que satisfizessem os gestores quanto às necessidades de informações.

Alguns conceitos da Contabilidade foram adaptados com o intuito de abrangerem os aspectos ambientais. Ribeiro (2010) trata acerca de ativos, passivos, receitas, despesas, custos e perdas ambientais e menciona acerca da necessidade de adaptação da Contabilidade para atuar na mensuração e no relato de eventos financeiros relacionados ao meio ambiente, a fim de auxiliar na evidenciação adequada da situação patrimonial das organizações. Assim, a Contabilidade Ambiental pode ser um mecanismo de demonstração da responsabilidade ambiental das organizações, por meio de seus relatórios, os quais deverão apresentar, de forma transparente e fidedigna, informações relacionadas a gastos com o controle ambiental, servindo, igualmente, como instrumento no processo de tomada de decisão (SANTOS *et al.*, 2001).

Em vista disso, além dos relatórios financeiros usuais, como Relatórios Anuais e Demonstrações Financeiras Padronizadas, Garcia e Behr (2012) mencionam o Relatório de Sustentabilidade como um instrumento que as companhias possuem para relatar ao público suas práticas relacionadas à sustentabilidade. Os autores destacam que, no Brasil, a maior parte das empresas que produzem esse documento, o fazem nos moldes do GRI, que possui um conjunto de normas a serem utilizadas pelas organizações na elaboração do relato referente aos seus impactos econômicos, ambientais e sociais (GRI, 2016).

No entanto, Nossa (2002), que teve como objetivo investigar, em nível internacional, como estava o nível de *disclosure* de informações ambientais das empresas do setor de papel e celulose, expressa em seus resultados que, muitas vezes, os relatórios ambientais apresentaram valores sem sustentação nos relatórios financeiros anuais, ou seja, os demonstrativos financeiros estavam desconexos e sem menção aos aspectos ambientais. No Brasil, embora não exista a obrigatoriedade de demonstração de informações ambientais, o CFC estabelece a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma prescreve procedimentos para mostrar as informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de revelar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CFC, 2004).

Ademais, a Contabilidade Ambiental pode ser útil no processo orçamentário e de planejamento, intencionando possibilitar a visualização de questões relacionadas a propósitos sociais, qualidade de vida da população, preservação e manutenção de recursos naturais, tendo a função de auxiliar nas decisões macroeconômicas (COSTA; MARION, 2007).

## 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Lima *et al.* (2012) analisaram a exposição de informações ambientais por grandes empresas brasileiras, estudando seus relatórios de 2007 a 2009, e constataram o aumento da conscientização das companhias estudadas e a pouca utilização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício para a exibição de dados ambientais. Além disso, perceberam a preferência pelo Relatório da Administração para a divulgação.

Tendo como foco as empresas que exploram a atividade agrícola, Guimarães *et al.* (2014) investigaram o nível de evidenciamento de aspectos ambientais no exercício de 2010. Certificaram a predominância da exposição de informações positivas, como referentes a ativos e investimentos ambientais. Nenhuma das empresas foi enquadrada em quartil de elevada demonstração.

Sousa, Reis e Melo (2018), a partir da NBC T 15, objetivaram analisar as informações ambientais divulgadas, no período de 2015 a 2017, por empresas do Setor Econômico de Consumo Não Cíclico listadas na B3. As autoras identificaram que todas as 16 companhias da amostra evidenciaram investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e constataram que não houve evolução significativa no período.

Araújo, Cabral e Lins (2019), utilizando critérios da NBC T 15, buscaram identificar, no período de 2006 a 2017, qual o segmento de empresas listadas na B3, consideradas de alto potencial poluidor, possuía maior nível de demonstração de dados ambientais. Revelaram que o segmento que mais revela é o de Papel e Celulose e destacaram que o baixo nível de demonstração de algumas companhias reflete a realidade brasileira, já que não há legislação que obrigue a divulgação de informações ambientais.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa é definida como quantitativa, a qual, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 69), “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. De acordo com seus objetivos, é classificada como descritiva, que, para Gil (2002), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, é definida como documental, em razão de as fontes de coleta de dados serem as Demonstrações Financeiras Padronizadas e os Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais das empresas. Gil (2002) expõe como vantagens da pesquisa documental o fato de os documentos serem constituídos por fontes ricas em informação, além de apresentarem estabilidade de dados e não demandarem contato com sujeitos durante o estudo. A amostra é classificada como não probabilística e compreende organizações do Setor de Consumo Não Cíclico da B3. Destaca-se que, da população do setor, composta por 28 companhias, foram excluídas aquelas que passaram a compor o grupo após o ano de 2015, além das que não apresentaram Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais. Desta forma, a amostra final ficou composta de 11 organizações, conforme delineado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Companhias do Estudo**

Subsetor	Segmento
Alimentos Processados	<b>Açúcar e Alcool</b>
	BIOSEV
	RAIZEN
	SÃO MARTINHO
	<b>Carnes e Derivados</b>
	BRF
	JBS
	MARFRIG
	MINERVA
	<b>Alimentos Diversos</b>
	M. DIAS BRANCO
<b>Bebidas</b>	<b>Cervejas e Refrigerantes</b>
	AMBEV
<b>Produtos de Uso Pessoal e Limpeza</b>	<b>Produtos de Uso Pessoal</b>
	GRUPO NATURA
<b>Comércio e Distribuição</b>	<b>Alimentos</b>
	GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Fonte: adaptado de B3 (2021).

A escolha pelo Setor de Consumo Não Cíclico se fundamenta pela expressividade das companhias tanto econômica quanto ambientalmente, tendo em vista que, de acordo com Pandini, Stüp e Fabre (2018), as empresas do Setor de Consumo Não Cíclico não sofrem grandes impactos em função do contexto econômico em que estão inseridas. A análise de conteúdo foi aplicada, tendo sentenças, gráficos, tabelas e informações contidas nos demonstrativos contábeis como unidades de estudo. Destaca-se que se optou pela utilização de um *checklist*, exposto no Quadro 2, como instrumento de pesquisa, a fim de verificar o nível de evidenciação de informações ambientais das companhias.

**Quadro 2 - Checklist para coleta das informações ambientais**

Item	Informações referentes:
A	à educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
B	à educação ambiental para a comunidade.
C	a programas, campanhas, eventos, doações e outros projetos ambientais.
D	a processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, passivos, contingências e sanções ambientais diversas.
E	a reclamações, denúncias e outras demandas da comunidade, relativas à matéria ambiental.
F	à gestão de resíduos sólidos, orgânicos e inorgânicos, e gestão de materiais utilizados em embalagens.
G	à gestão de energia.
H	à gestão de água e efluentes líquidos.
I	a impactos na biodiversidade, preservação e recuperação de áreas naturais.
J	à emissão de gases do efeito estufa (GEE) e outros gases poluentes.
K	a critérios ambientais para seleção de fornecedores e impactos ambientais promovidos por participantes de sua cadeia de suprimentos.
L	a certificações, reconhecimentos, premiações e participação em índices ambientais ou de sustentabilidade.
M	a investimentos ambientais, princípios e políticas ambientais internas, sistemas de gestão ambiental, conformidade e acordos ambientais adotados.

Fonte: elaborado com base em CFC (2004) e GRI (2016).

O *checklist*, exibido no Quadro 2, foi construído com base nos conteúdos apresentados pela NBC T 15, bem como em tópicos tratados pelo GRI, relativos à mostra dos dados ambientais, sendo que melhorias foram sendo realizadas durante a coleta destes.

O período de análise compreende os anos de 2015 e 2019, uma vez que 2015 é um ano de expressiva significância à sustentabilidade, em suas três esferas, pois foi quando ocorreu a

adoção da Agenda 2030 e a aprovação do Acordo de Paris. Essa é definida como um plano de ações criado para viabilizar o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, [201-?]) e este tem como foco as mudanças climáticas e a preocupação em “[...] manter o aumento da temperatura média global a menos de 2 °C acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais” (ONU, 2015, p. 2). O Quadro 3 expõe uma estrutura para classificação de informações ambientais.

**Quadro 3 - Estrutura para classificação das informações ambientais evidenciadas**

Pontuação	Tipos de <i>Disclosure</i>
1	<i>Declarativo</i> : quando somente a informação qualitativa é apresentada e expressa em termos puramente descritivos.
2	<i>Quantitativo não monetário</i> : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não financeira.
3	<i>Quantitativo monetário</i> : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira.
4	<i>Quantitativo monetário e não monetário</i> : quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não financeira.

Fonte: adaptado de Nossa (2002).

Os tipos de *disclosure* exibidos no Quadro 3 foram propostos por Nossa (2002), que apresentou uma estrutura que classifica a forma como as informações são apresentadas pelas companhias. O Quadro 4 delinea a classificação quanto à qualidade da informação divulgada.

**Quadro 4 - Qualidade da informação evidenciada pela companhia**

Qualidade da Informação
<i>Positiva</i> : quando apresenta conteúdo com teor positivo, não prejudicial à imagem da organização frente aos seus <i>stakeholders</i> .
<i>Negativa</i> : quando apresenta conteúdo com teor negativo, prejudicial à imagem da organização frente aos seus <i>stakeholders</i> .

Fonte: adaptado de Gray, Kouhy e Lavers (1995).

O Quadro 4 apresenta a caracterização utilizada para qualificar os dados informados pelas companhias, particularmente no que concerne à sua imagem frente aos seus *stakeholders*. A coleta dos dados, a partir da aplicação do *checklist* em Demonstrações Financeiras Padronizadas, Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais, ocorreu no período de dezembro de 2020 a março de 2021. Foram consideradas aquelas informações que, além de satisfazerem o exposto no *checklist*, pudessem ser classificadas conforme os Quadros 3 e 4.

Para a definição dos níveis de evidenciação de informações ambientais, foi aplicada uma adaptação do método apresentado por Machado, Victor e Matts (2016). As autoras utilizaram a média geral da amostra e o desvio padrão para determinar níveis de aderência, que foram denominados baixo, médio e alto.

Primeiramente, foi realizado o cálculo das pontuações atingidas pelas companhias, o que se deu pela multiplicação da quantidade de informações ambientais divulgadas pela pontuação do tipo de *disclosure* utilizado. Após, calculou-se a pontuação média da amostra e o desvio padrão de cada ano. Com estas informações, foram definidas as faixas de pontuação para cada nível, que foram denominados baixo, médio e alto.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados e interpretados os dados coletados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e em Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais das companhias da amostra.



#### 4.1 ANÁLISE GERAL E POR ITEM DO *CHECKLIST*

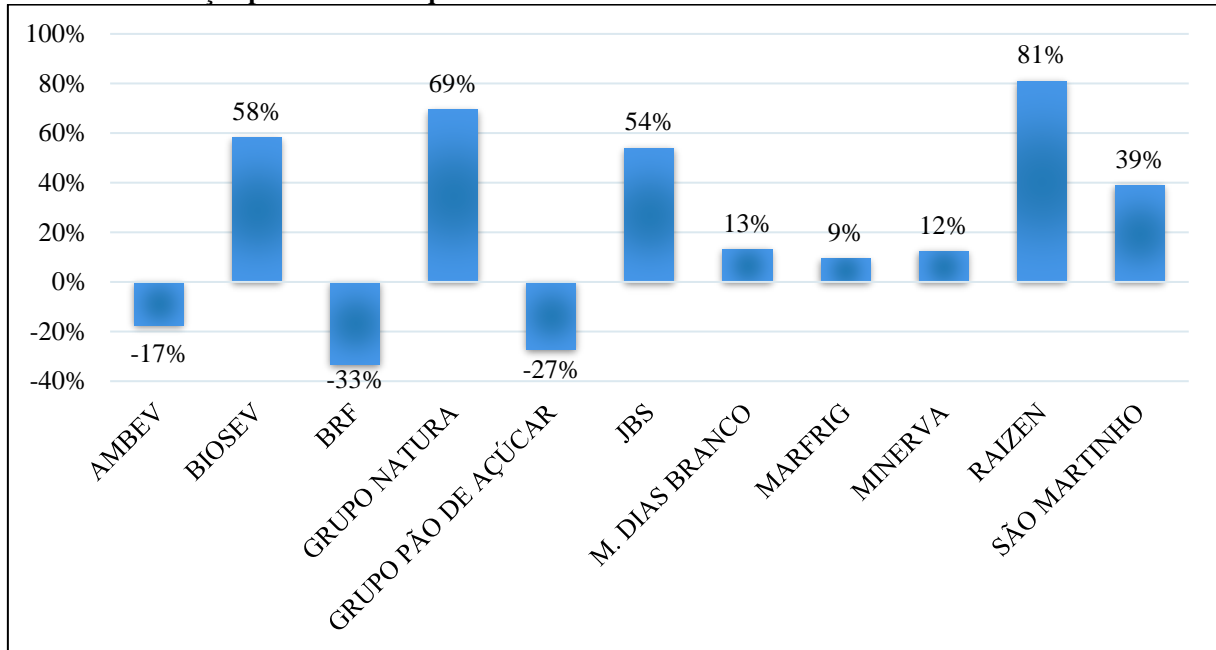
Para demonstrar o quantitativo de informações coletadas, para cada item do *checklist*, foi elaborada a Tabela 1, onde se pode verificar o número de informações exibidas pelas empresas da amostra, em cada ano de estudo.

**Tabela 1 - Quantidade de informações evidenciadas pelas companhias, por item do *checklist***

<i>Item checklist</i>	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	Total Geral
<b>2015</b>	<b>27</b>	<b>38</b>	<b>113</b>	<b>39</b>	<b>10</b>	<b>326</b>	<b>169</b>	<b>334</b>	<b>102</b>	<b>216</b>	<b>240</b>	<b>99</b>	<b>445</b>	<b>2.158</b>
AMBEV		1	43			50	27	38		31	13	5	22	230
BIOSEV		13	4	16	1		2	27	16	20	15	2	32	148
BRF	5	4	9	4	2	35	33	52	7	20	42	9	80	302
GRUPO NATURA			5	13	1	54	10	19	28	51	22	7	48	258
GRUPO PÃO DE ACÚÇAR	14	7	12			76	28	9	2	15	11	1	35	210
JBS			7	3	3	27	13	80		21	30	19	49	252
M. DIAS BRANCO	4	4	8	1	2	52	23	23	6	12	22	5	27	189
MARFRIG		1	12			9	2	18	5	11	49	24	52	183
MINERVA	1		2	1	1	10	14	19		9	23	2	32	114
RAIZEN				1			9	17	6	16	12	13	31	105
SÃO MARTINHO	3	8	11			13	8	32	32	10	1	12	37	167
<b>2019</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>98</b>	<b>45</b>	<b>2</b>	<b>450</b>	<b>210</b>	<b>363</b>	<b>164</b>	<b>295</b>	<b>296</b>	<b>153</b>	<b>470</b>	<b>2.568</b>
AMBEV			16			27	32	47	2	25	13	4	24	190
BIOSEV	4	1	13	26	1	15	6	37	46	15	16	13	41	234
BRF	1			9		24	30	23	1	17	37	9	51	202
GRUPO NATURA	1	1	12			119	25	31	31	77	30	32	78	437
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR			1			55	19	1	2	19	30	9	17	153
JBS	1		12			102	37	77	1	28	33	29	68	388
M. DIAS BRANCO			20	3	1	53	18	45	9	15	14	4	32	214
MARFRIG			4			14	15	29	15	21	53	16	33	200
MINERVA	1		7			11	7	23		11	37	3	28	128
RAIZEN	2	1		5		11	13	19	14	31	26	18	50	190
SÃO MARTINHO	1	8	13	2		19	8	31	43	36	7	16	48	232
<b>Total Geral</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>211</b>	<b>84</b>	<b>12</b>	<b>776</b>	<b>379</b>	<b>697</b>	<b>266</b>	<b>511</b>	<b>536</b>	<b>252</b>	<b>915</b>	<b>4.726</b>

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 1, percebe-se que o número total de informações coletadas, a partir do *checklist* construído, foi 4.726. Entre esses dados, estão sentenças, tabelas, gráficos e informações contidas em demonstrativos contábeis, apresentados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e em Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais das organizações da amostra. Ainda em relação aos valores totais, verifica-se, de 2015 para 2019, um aumento de 19% no *disclosure* total da amostra. Além disso, no exercício de 2015, a média de evidenciação foi 196 informações ambientais por companhia, enquanto em 2019 foi 233. Cabe mencionar também as variações percentuais entre os anos de análise e, para melhor visualizar esse aspecto, o Gráfico 1 foi elaborado.

**Gráfico 1 - Variação percentual dos quantitativos**

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021).

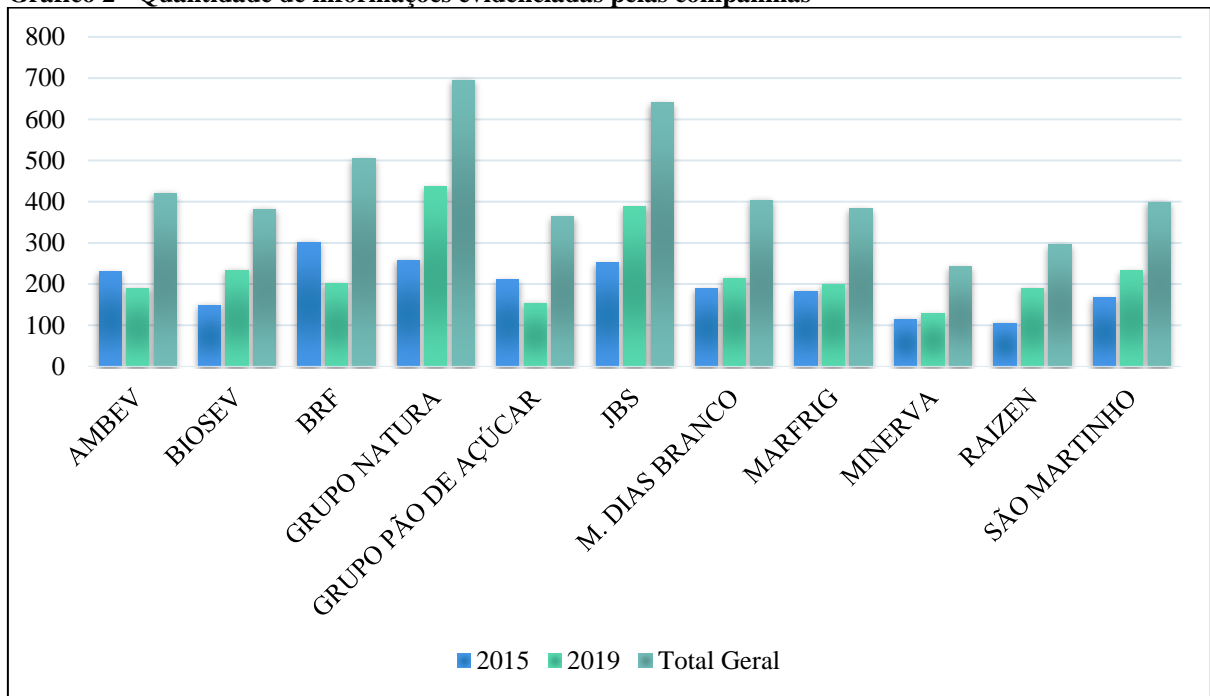
Percebe-se, a partir do Gráfico 1, que a Raizen, o Grupo Natura e a Biosev são as organizações que mais ampliaram sua divulgação ambiental e que há companhias que foram no sentido contrário. A BRF, o Grupo Pão de Açúcar e a Ambev apresentaram variação negativa, mas representam apenas 27% da amostra, o que permite inferir que a tendência é de aumento no *disclosure* ambiental dessas companhias.

O aumento da quantidade de dados expostos pode ser relacionado à Teoria da Legitimidade. Consoante Farias (2008), a divulgação ambiental é um dos métodos que leva à legitimação. Desta forma, o esforço para a elevação do quantitativo de informações ambientais divulgadas, o que é tendência da amostra, permite visualizar a busca das organizações pela manutenção de seu contrato social com o meio em que atuam.

Ademais, cabe tratar acerca do percentual de informações demonstradas por tipo de relatório. No somatório dos dois anos, 89% dos relatos estavam contidos em Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais, constatando-se a preferência pela divulgação nesse tipo de documento. De 2015 para 2019 houve acréscimo de 23% na quantidade de *disclosure* revelado nessa modalidade de relatório, porém, a situação expressa nas Demonstrações Financeiras Padronizadas foi contrária, mostrando decréscimo de um ano para outro.

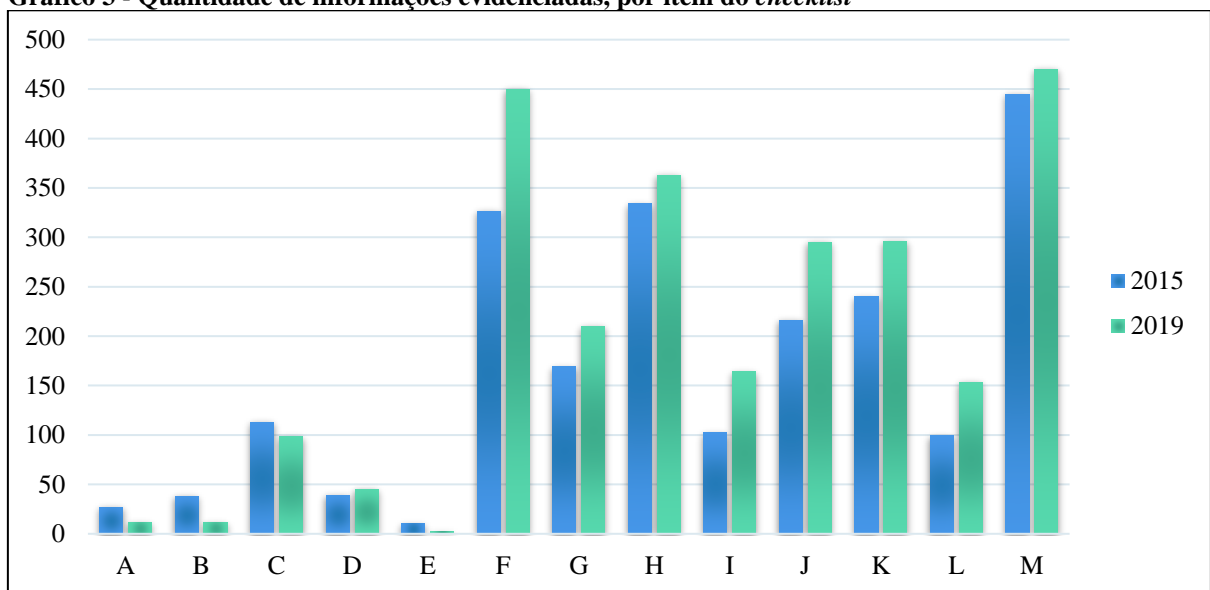
Foi possível constatar aspectos que vão ao encontro dos achados de Lima *et al.* (2012), que analisaram a evidenciação de informações ambientais por grandes empresas brasileiras, estudando seus relatórios de 2007 a 2009. Os autores observaram pouca utilização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, percebendo, igualmente, a preferência pelo Relatório da Administração quando da divulgação.

A companhia Minerva exemplifica o preterimento das Demonstrações Financeiras Padronizadas, não tendo divulgado nenhuma informação ambiental tanto em 2015 quanto em 2019 nesse documento. Dessa forma, a partir da verificação da baixa utilização das Demonstrações Financeiras Padronizadas para a divulgação ambiental, infere-se uma baixa participação do profissional da Contabilidade no processo. O Gráfico 2 possibilita outras visualizações em relação aos quantitativos.

**Gráfico 2 - Quantidade de informações evidenciadas pelas companhias**

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021).

Verifica-se, pelo Gráfico 2, que, no ano de 2015, a companhia com maior número de evidenciações ambientais foi a BRF, seguida do Grupo Natura, da JBS e da Ambev, e as que menos informações apresentaram foram a Raizen e a Minerva. Em 2019, percebe-se o Grupo Natura em destaque positivo e, logo após, as empresas JBS, Biosev e São Martinho. Quanto às menores divulgações, tem-se a Minerva e o Grupo Pão de Açúcar. No que tange ao total geral, o Grupo Natura, a JBS e a BRF se sobressaem. A Minerva e a Raizen ganham lugar como as que menos apresentaram informações ambientais. No Gráfico 3 é possível visualizar o quantitativo de informações, por item do *checklist*.

**Gráfico 3 - Quantidade de informações evidenciadas, por item do checklist**

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021).

Conforme o Gráfico 3, no ano de 2015, os itens com maior volume de informações

foram os itens M, H e F. Em 2019, o mesmo cenário é apresentado, mas, os valores invertem entre os itens F e H. Dessa forma, constata-se a preferência das organizações por divulgações relativas a investimentos ambientais, princípios e políticas ambientais internas, sistemas de gestão ambiental, conformidade e acordos ambientais adotados. Similarmente, elas evidenciam, em maior quantidade, informações sobre gestão de resíduos sólidos, orgânicos e inorgânicos, de materiais utilizados em embalagens, além de informações sobre gestão de água e efluentes líquidos.

A constatação do expressivo volume de exposição dos dados classificados no item M vai ao encontro dos resultados de Sousa, Reis e Melo (2018), que analisaram os dados ambientais divulgados por empresas do Setor de Consumo Não Cíclico. As autoras identificaram que todas as 16 companhias da amostra salientaram investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, o que está contemplado na redação definida para o item M do *checklist*.

Relativamente aos itens menos destacados, tanto no ano de 2015 quanto em 2019 se constata a baixa classificação das informações coletadas nos itens A, B, D e E. Ou seja, as divulgações ambientais das companhias pouco abarcaram os aspectos e dados relacionados a: educação ambiental para colaboradores e para a comunidade; processos ambientais, passivos e contingências; sanções ambientais diversas; denúncias e outras demandas da sociedade sobre a matéria ambiental.

Diante disso, percebe-se que, além da baixa divulgação de informações acerca da educação ambiental, pouco mostram sobre assuntos que geralmente apresentam caráter negativo. Essas matérias podem possuir pouco espaço no conjunto de divulgações ambientais das companhias em razão de representarem impactos negativos às suas imagens e aos seus resultados.

#### 4.2 ANÁLISE POR TIPO DE *DISCLOSURE*

Na Tabela 2, pode ser observado o número de divulgações realizadas pelas organizações da amostra, por tipo de *disclosure*.

Tabela 2 - Quantidade de informações evidenciadas pelas companhias, por tipo de *disclosure*

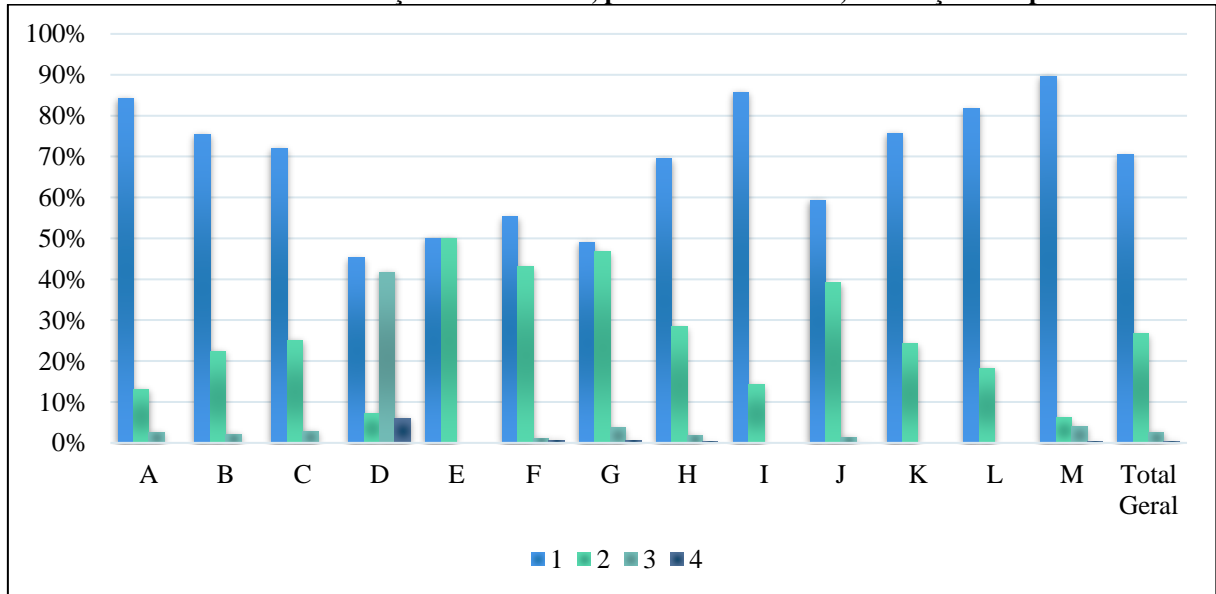
Tipo de <i>Disclosure</i>	Declarativo (1)	Quantitativo não monetário (2)	Quantitativo monetário (3)	Quantitativo monetário e não monetário (4)	Total Geral
<b>2015</b>	<b>1.559</b>	<b>526</b>	<b>65</b>	<b>8</b>	<b>2.158</b>
AMBEV	123	106	1		230
BIOSEV	112	21	15		148
BRF	218	65	13	6	302
GRUPO NATURA	139	112	6	1	258
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	154	53	3		210
JBS	200	43	9		252
M. DIAS BRANCO	145	38	5	1	189
MARFRIG	152	27	4		183
MINERVA	90	17	7		114
RAIZEN	87	16	2		105
SÃO MARTINHO	139	28			167
<b>2019</b>	<b>1.768</b>	<b>734</b>	<b>56</b>	<b>10</b>	<b>2.568</b>
AMBEV	124	65	1		190
BIOSEV	192	29	13		234
BRF	148	44	10		202
GRUPO NATURA	278	155	3	1	437
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	87	66			153
JBS	256	112	16	4	388
M. DIAS BRANCO	109	95	8	2	214
MARFRIG	152	47	1		200
MINERVA	104	24			128
RAIZEN	142	45	2	1	190
SÃO MARTINHO	176	52	2	2	232
<b>Total Geral</b>	<b>3.327</b>	<b>1.260</b>	<b>121</b>	<b>18</b>	<b>4.726</b>

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2021).

O tipo de *disclosure* mais apresentado pelas companhias, conforme a Tabela 2, consistiu no declarativo. No ano de 2015 foram 1.559, tendo aumentado em torno de 13% no ano de 2019. Em contrapartida, percebe-se que exíguas foram as informações classificadas nas categorias 3 e 4. Essas tipologias foram preteridas na divulgação ambiental das companhias, podendo-se visualizar queda de, em média, 14% de 2015 para 2019, na modalidade quantitativa monetária. No mesmo contexto, nota-se que a categoria quantitativa monetária e não monetária, que, em 2015 continha apenas oito classificações, passou para 10 em 2019.

Dessa forma, observa-se variações negativas, ou positivas irrisórias, nos tipos de *disclosure* 3 e 4. Além disso, certifica-se que, nos dois anos de estudo, considerando os critérios estabelecidos, a maioria das organizações não apresentou nenhuma informação classificada no tipo 4. A partir da constatação da preferência pela divulgação de informações declarativas, infere-se que as práticas ambientais não são apresentadas aos *stakeholders* com a possibilidade de verificação do reflexo financeiro que possuem.

Ainda, com base na verificação do irrisório quantitativo classificado nas tipologias 3 e 4, depreende-se que a participação do profissional da Contabilidade no processo de divulgação de informações ambientais é baixa, uma vez que sua função está, ainda, mais relacionada a dados quantitativos, especialmente os monetários. O Gráfico 4 demonstra o percentual de informações apresentadas, por item do *checklist*, em função do tipo de *disclosure*, no somatório dos dois anos.

**Gráfico 4 - Percentual de informações evidenciadas, por item do *checklist*, em função do tipo de *disclosure***

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 4 reafirma a preferência pelo *disclosure* declarativo, tendo em vista que 70% das divulgações ambientais da amostra foram apresentadas nessa modalidade. Além disso, verifica-se que o item do *checklist* mais evidenciado de forma quantitativa monetária foi o relativo a processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, passivos, contingências e sanções ambientais diversas. Este item também foi o mais divulgado a partir de informações quantitativas monetárias e não monetárias.

A partir deste achado, é possível observar que aspectos da Contabilidade Ambiental pouco podem ser encontrados na prática das organizações. Ribeiro (2010) aponta conceitos de Contabilidade adaptados ao contexto ambiental, como ativos, passivos, custos e despesas ambientais, que não puderam ser visualizados com clareza nas companhias da amostra e nos anos de estudo, tendo em vista a preferência pelos relatos declarativos. Ainda, da mesma forma que Nossa (2002), percebeu-se a falta de conexão entre os relatos apresentados nos demonstrativos financeiros e nos relatórios ambientais. Conclui-se, então, que essas constatações não se aplicam somente ao Setor de Consumo Não Cíclico.

#### 4.3 ANÁLISE POR QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

A Tabela 3 possibilita a visualização da quantidade de informações divulgadas pelas organizações, por qualidade da informação.

**Tabela 3 - Quantidade de informações evidenciadas pelas companhias, por qualidade da informação**

Qualidade da Informação	Positiva	Negativa	Total Geral
<b>2015</b>	<b>1.958</b>	<b>200</b>	<b>2.158</b>
AMBEV	228	2	230
BIOSEV	114	34	148
BRF	271	31	302
GRUPO NATURA	192	66	258
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	203	7	210
JBS	248	4	252
M. DIAS BRANCO	169	20	189
MARFRIG	175	8	183
MINERVA	106	8	114
RAIZEN	97	8	105
SÃO MARTINHO	155	12	167
<b>2019</b>	<b>2.309</b>	<b>259</b>	<b>2.568</b>
AMBEV	174	16	190
BIOSEV	214	20	234
BRF	164	38	202
GRUPO NATURA	383	54	437
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	143	10	153
JBS	376	12	388
M. DIAS BRANCO	181	33	214
MARFRIG	180	20	200
MINERVA	127	1	128
RAIZEN	160	30	190
SÃO MARTINHO	207	25	232
<b>Total Geral</b>	<b>4.267</b>	<b>459</b>	<b>4.726</b>

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 3, é evidente a tendência à evidenciação de informações que contenham teor positivo. A média de divulgação de informações positivas consiste em 90% do total de *disclosure* apresentado pelas companhias, o que pode ser compreendido mediante a inserção de conceitos da Teoria da Legitimidade. Deegan e Rankin (1996) relatam que, se a organização não parece operar dentro dos limites do que sociedade considera apropriada, o seu contrato social e a sua legitimidade começam a ser impactados. Portanto, é possível compreender que as companhias buscam divulgar, em maior número, informações positivas, com o intuito de zelar por sua legitimação. Esse achado pode ser relacionado com os resultados obtidos por Guimarães *et al.* (2014), que estudaram a mostra de aspectos ambientais em empresas que exploram a atividade agrícola e certificaram a predominância da exposição de dados com teor positivo.

#### 4.4 NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Nesta subseção, são apresentados os níveis de evidenciação de cada organização da amostra. A metodologia utilizada para o cálculo consistiu em uma adaptação do método apresentado por Machado, Victor e Matts (2016). Na Tabela 4, verifica-se as faixas de pontuação definidas para cada nível.

**Tabela 4 - Faixa de pontuação para classificação em cada nível**

Níveis de evidenciação	2015	2019
<b>Baixo</b>	≤ 164	≤ 176
<b>Médio</b>	165 - 351	177 - 449
<b>Alto</b>	≥ 352	≥ 450

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2021).

Os intervalos demonstrados na Tabela 4 levaram em consideração a pontuação média de 2015, que foi 258; o desvio padrão desse ano, 94; a média de 2019, 313; e o seu desvio

padrão, 137. Na Tabela 5, é possível visualizar o *ranking* de pontuação e os níveis de evidenciação das companhias.

**Tabela 5 - Ranking de pontuação e níveis de evidenciação das companhias**

<i>Ranking 2015</i>	Pontuação	Nível	<i>Ranking 2019</i>	Pontuação	Nível
BRF	411	Alto	GRUPO NATURA	601	Alto
GRUPO NATURA	385	Alto	JBS	544	Alto
AMBEV	338	Médio	M. DIAS BRANCO	331	Médio
JBS	313	Médio	SÃO MARTINHO	294	Médio
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	269	Médio	BIOSEV	289	Médio
M. DIAS BRANCO	240	Médio	BRF	266	Médio
MARFRIG	218	Médio	AMBEV	257	Médio
BIOSEV	199	Médio	MARFRIG	249	Médio
SÃO MARTINHO	195	Médio	RAIZEN	242	Médio
MINERVA	145	Baixo	GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	219	Médio
RAIZEN	125	Baixo	MINERVA	152	Baixo
<b>Pontuação Total</b>	<b>2.838</b>		<b>Pontuação Total</b>	<b>3.444</b>	

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 5, verifica-se que, no ano de 2015, as companhias com maiores pontuações foram a BRF, o Grupo Natura, a Ambev e a JBS. Em 2019, o Grupo Natura, a JBS, a M. Dias Branco e a São Martinho obtiveram destaque, nesta ordem. Destaca-se que houve uma variação de, em média, 21% na pontuação total do ano de 2015 para 2019. Cabe demonstrar as organizações que tiveram os menores *scores*, sendo, em 2015, a Raizen e a Minerva e, em 2019, esta e o Grupo Pão de Açúcar. Mediante essas observações, tem-se que algumas companhias se destacam nos dois anos de estudo, tanto em relação aos maiores quanto aos menores *scores*.

Tendo em vista os níveis apresentados na Tabela 5, percebe-se que, tanto em 2015 quanto em 2019, a maior parte das organizações foi classificada no nível médio. Esta categoria recebeu 64% das companhias da amostra em 2015, e 73% em 2019. Destaca-se que apenas 18% foram categorizadas no nível alto, nos dois anos. Ainda, cabe mencionar o pequeno número de companhias classificadas no nível baixo.

Ademais, observa-se que algumas companhias não mantiveram a classificação recebida no ano de 2015. A BRF retrocedeu do grau alto para o médio. Demonstrando evolução, a Raizen passou do nível baixo para o médio e a JBS foi para o mais elevado nível de evidenciação. Importa salientar que o Grupo Natura permaneceu no nível alto, nos dois anos de estudo, enquanto a Minerva se manteve no nível baixo.

Com relação aos estudos anteriores, não há um efetivo de comparar seus resultados com os encontrados nesta seção, haja vista que os objetos de estudo eram diferentes. Porém, pode-se observar que o resultado apresentado por Guimarães *et al.* (2014), vai no sentido contrário ao exposto neste. Os autores certificaram que não foi possível enquadrar nenhuma companhia em nível elevado de demonstração.

Ainda em relação aos estudos anteriores, insere-se a pesquisa desenvolvida por Araújo, Cabral e Lins (2019), os quais, utilizando critérios da NBC T 15, buscaram identificar qual o segmento de empresas listadas na B3, consideradas de alto potencial poluidor, possui maior nível de divulgação de dados ambientais, e revelaram ser o segmento de Papel e Celulose. Além disso, salientaram que o baixo nível de evidenciação apresentado por algumas companhias reflete a realidade brasileira, já que não há legislação que obrigue a divulgação desse tipo de dado. Esta afirmativa corrobora este estudo, podendo ser expandida às companhias classificadas no nível médio de exibição, que, conforme apresentado na Tabela 5, foram maioria.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu na verificação do nível de evidenciação de informações ambientais relatadas, nos anos de 2015 e 2019, por empresas do Setor de Consumo Não Cíclico listadas na B3. Como principais resultados, destaca-se que, nos dois anos de estudo, a maioria das organizações foi classificada no nível médio de demonstração, com apenas 18% categorizadas no nível alto. Destaca-se que o Grupo Natura permaneceu no nível alto nos dois anos, enquanto a Minerva manteve-se no nível baixo.

Verificou-se que a tendência é de aumento no *disclosure* ambiental das organizações e se constatou a preferência das companhias pela divulgação de informações ambientais em Relatórios de Sustentabilidade e/ou Anuais. Quanto aos itens do *checklist*, averiguou-se uma preferência das organizações por divulgações relativas a investimentos ambientais, princípios e políticas ambientais internas, sistemas de gestão ambiental, conformidade e acordos ambientais adotados. Elas revelam, também em maior volume, informações sobre gestão de resíduos sólidos, orgânicos e inorgânicos, gestão de materiais utilizados em embalagens e práticas acerca da gestão de água e efluentes líquidos.

Quanto aos itens menos declarados, tanto em 2015 quanto em 2019 as divulgações ambientais das companhias pouco abrangeram aspectos relacionados à educação ambiental para colaboradores e para a comunidade, além de serem escassos os dados relativos a processos ambientais, passivos e contingências, sanções ambientais diversas, reclamações, denúncias e outras demandas da sociedade sobre a matéria ambiental.

Nos achados do estudo, destaca-se a preferência por relatos declarativos, tendo em vista que 70% das divulgações ambientais da amostra foram apresentadas nessa modalidade. Além disso, foi possível perceber que a média de divulgações positivas consiste em 90% do total de informações demonstradas pelas companhias, o que está relacionado à Teoria da Legitimidade.

Esses resultados indicam a necessidade de mudanças em relação ao nível e à forma de exposição de dados relacionados ao meio ambiente pelas companhias, sendo imprescindível a realização de esforços para a migração para o nível definido como alto. Além disso, se faz essencial o aumento da divulgação de relatos quantitativos, em especial, quantitativos monetários, para que seja possível visualizar de forma mais efetiva a relação das organizações com o meio ambiente.

A participação de profissionais da Contabilidade é baixa no processo de apresentação dos dados, assim como a aplicação de conceitos da Contabilidade Ambiental pelas organizações. Nesse sentido, destaca-se que a decisão das companhias pela maior evidenciação de forma quantitativa monetária e uma maior utilização das Demonstrações Financeiras Padronizadas para seus relatos ambientais, são medidas que integram os profissionais da Contabilidade no processo, assim como a implantação da Contabilidade Ambiental. Essas ações tornam mais relevantes os relatos empresariais, além de refletirem em demonstrações financeiras mais adequadas e indicativas da relação que as organizações possuem com o seu meio.

Dessa forma, este estudo contribuiu para a demonstração da preocupação das organizações em expor à sociedade sua relação com o meio ambiente, além de apresentar aspectos do envolvimento da Contabilidade nas divulgações ambientais. Destaca-se que os profissionais da Contabilidade possuem expressivo potencial para gerar impactos socioambientais positivos. Esses reconhecem a relação existente entre as três esferas da sustentabilidade e podem levar o tema às organizações, atuando como promotores de estratégias sustentáveis.

Por fim, como estudos futuros, sugere-se que sejam realizadas análises que contemplem períodos maiores, além de pesquisas que comparem os resultados apresentados pelo Setor de Consumo Não Cíclico com outros setores. Indica-se, igualmente, o estudo da forma de atuação dos profissionais da Contabilidade em relação às práticas ambientais das organizações e a

verificação do nível de utilização de conceitos da Contabilidade Ambiental em grandes empresas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Monica; FERNANDES, Jossandra; SOARES, Francisco; SILVA FILHO, José. Evolução da conduta ambiental de empresas siderúrgicas brasileiras sob a óptica dos relatórios de evidenciação ambiental. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 4, p. 57-76, out./dez. 2008.
- ARAÚJO, Risolene; CABRAL, Andryelle; LINS, Thales. Evidenciação de informações ambientais segundo a NBC T-15: um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 no período de 2006 a 2017. *In: USP INTERNACIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 19., 2019, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2019. p. 1-15.
- BARBOSA, Eliedna; SILVA, Roseane; OLIVEIRA, Ádria; REZENDE, Isabelle. Disclosure ambiental: um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. **REUNIR: Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 19-41, fev. 2014.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO (B3). **Empresas listadas**. São Paulo, 2021. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.
- CARNEIRO, José; DE LUCA, Márcia; OLIVEIRA, Marcelle. Análise das informações evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 39-67, jul./set. 2008.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)**. Estrutura conceitual para relatório financeiro. Brasília, 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 12 set. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC nº 1.003/04**. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc). Acesso em: 14 set. 2019
- COSTA, Rodrigo; MARION, José. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.
- DEEGAN, Craig. Legitimacy theory. *In: HOQUE, Zahirul. (Org.). Methodological issues. In: Accounting Research: Theories and Methods*. London: Spiramus, 2006. p. 161-181.
- DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela. Do australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 2, p. 50-67, 1996.
- DIAS, Claudevi; LIMA FILHO, Raimundo; PINHEIRO, Francisco; SILVA, Thiago; MOREIRA, Romilson. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade

e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *In*: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2014, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2014. p. 1-20.

DIAS FILHO, José. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. p. 1-11.

FARIAS, Kelly. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto**: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FERREIRA, Aracéli. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009.

GARCIA, Fabiane; BEHR, Ariel. Análise da interação da contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável nos engenhos de beneficiamento de arroz de Santa Maria/RS. **REUNIR: Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 21-38, ago. 2012.

GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **GRI Standards Portuguese Translations**. Amsterdã, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GRAY, Rob; JAVAD Mohammed; POWER, David; SINCLAIR, Donald. Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S. l.], v. 28, n. 3-4, p. 327-356, abr. 2001.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 78-101, May 1995.

GUIMARÃES, Deisiane; RECH, Ilirio; CUNHA, Moisés; PEREIRA, Ivone. Análise do nível de evidenciação de informações ambientais apresentado pelas empresas abertas que exploram atividades agropecuárias. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 6-23, set./dez. 2014.

LIMA, Karla; CUNHA, Darliane; MOREIRA, Francisco; PORTE, Marcelo. Contabilidade ambiental: um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, [S. l.], v. 11, n. 1, ed. 20, jan./jun. 2012.

MACHADO, Vanessa; VICTOR, Fernanda; MATTS, Júlia. Ativos Biológicos: Uma análise da aderência ao CPC 29 pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA de 2007 a 2015. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 35-52, set./dez. 2016.

MELLO, Caísa; HOLLNAGEL, Heloisa; CEI, Nena. Evidenciação ambiental segundo a NBC T 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 93-109, jul./dez. 2016.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** [S.l.], [201-?]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre mudança climática.** [S.l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cop21/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PANDINI, Jardel; STÜP, Diego; FABRE, Valkyrie. Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 7-22, maio/ago. 2018.

PATTEN, Dennis. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471–475, 1992.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*.

RIBEIRO, Maisa. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, Fabricia; LUNKES, Rogério; HEIN, Nelson; DEGENHART, Larissa. Analysis of the determinants of disclosure of environmental impacts of Brazilian companies. **Global Advanced Research Journals**. [S. l.], v. 3 (6), p. 249-266, June 2014.

SANTOS, Adalto; SILVA, Fernando; SOUZA, Synval; SOUSA, Marcos. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 27, p. 89-99, set./dez. 2001.

SOUSA, Ranielly; REIS, Cristiane; MELO, Janaina. Disclosure ambiental: um estudo nas empresas do setor econômico de consumo não cíclico, listadas no Brasil, Bolsa, Balcão – B3. **Revista Brasileira de Pesquisa em Administração**, Pombal, v. 5, n. 1, p. 1-15, jan./dez. 2018.

SUCHMAN, Mark. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 571-610, jul. 1995.

TINOCO, João; KRAEMER, Maria. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, Cassio; RIBEIRO, Maísa. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009.

VOLTARELLI, Francielle; ZANCHET, Aládio. Divulgação de informações sociais e ambientais pela Itaipu Binacional: um estudo sob a ótica da teoria da legitimidade. **Revista de**

**Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 4-30, set./dez. 2017.